

MATEUS DE ANDRADE E A IDEIA DE EPISTEMOLOGIA¹

José Luís Brandão da Luz

1. Mateus de Andrade Albuquerque de Bettencourt foi um caso atípico de intelectual do século XX, que viveu na ilha de S. Miguel, nos arredores de Ponta Delgada, isolado do convívio social e inteiramente dedicado às suas rotinas domésticas, à leitura, ao estudo, à escrita e às experiências no “laboratório”, em que se refugiava, localizado no interior dos arvoredos do seu prédio à Glória, no Livramento.

Descendente de uma família com origem nos Açores desde o século XVI², Mateus de Andrade Albuquerque de Bettencourt, nos termos do assento do batismo, solenemente realizado a 10 de abril de 1890, na igreja paroquial de S. Pedro de Ponta Delgada, nasceu nessa freguesia, a 9 de fevereiro de 1890, sendo filho legítimo do Dr. Francisco de Andrade Albuquerque, bacharel em Direito, membro do Conselho do Rei e governador civil dos distritos de Ponta Delgada e da Horta, e de D. Emília Rebelo de Freitas da Silva, ambos proprietários e naturais da Matriz daquela cidade micalense. Faleceu no antigo Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada, no dia 10 de agosto de 1974, com 84 anos de idade. Da sua vida, pouco se sabe que ajude a compreender a formação que teria efetuado nas suas estadias em Portugal continental e no estrangeiro, para além de escassos testemunhos das poucas pessoas que o conheceram de perto³

e do que sobre ele escreveram Aníbal Cymbron Barbosa, na revista *Insulana*, em 1977⁴, e João Carlos Tavares, num vasto artigo de teor memorialista do semanário *Atlântico Expresso*, que se

sr. Mateus o obrigavam a um isolamento ainda maior de tudo e de todos. Entre os apoios que lhe solicitou, conta-se um pedido para que fosse ao estrangeiro adquirir um livro de matemática de que precisava muito, o que denota a falta de sentido prático para fazer face a um problema que poderia ser facilmente resolvido por carta endereçada à editora ou a uma livraria. O Dr. Weber, formado em Matemática pela Universidade de Coimbra, possuía um exemplar desse livro que o emprestou para consulta. Outro pedido prende-se com o projeto de instituir uma fundação para apoiar pessoas carenciadas na compra de medicamentos, o que se compreende pelas suas simpatias com a conceção religiosa de Mary Beker (*Christian Science*), que Matheus de Andrade refere em um dos seus artigos sobre a possibilidade dos milagres. Na visão maniqueísta da autora, o pecado, a doença e a morte pertencem à ordem da matéria, contra o que era preciso lutar. A ciência revela a supremacia da Mente ou do Espírito, que é verdadeiro princípio de perfeição e é único, no homem e em Deus. A mente ou a inteligência do homem não está separada de Deus, o que confere à ciência um carácter divino (Cf. Mary Baker Eddy, *Science and Health with the Key for the Scriptures*, Boston, Mass: First Church of Christ Scientist, 1990, pp. 204-283). A Fundação, que seria apoiada pelo rendimento de várias propriedades, não se concretizou em parte devido a interferências estranhas que teriam contrariado este propósito. Outra personalidade de Ponta Delgada que também o conheceu foi o escritor Dr. Fernando Aires, embora falasse dele com muito distanciamento e sem nunca ter transmitido informações esclarecedoras.

¹ A versão preliminar deste texto foi apresentada no 3.º Encontro de História da Matemática e das Ciências, organizado pelo Departamento de Matemática da Universidade dos Açores, a 21 e 22 de Outubro de 2014, com o título «Matheus de Andrade Albuquerque: O sábio solitário da Glória».

² Cf. Rodrigo Rodrigues, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, Lisboa, DisLivro Histórica, 2008, v. 2.º, c. 55.º, p. 1128.

³ Em Ponta Delgada, o P. Dr. Weber Machado Pereira foi quem com ele conviveu mais de perto. Era uma visita sempre esperada com agrado e prontamente recebida, mesmo nos dias do calendário em que os preconceitos altamente supersticiosos do

⁴ Deve-se ao Dr. Aníbal Cymbron Barbosa a informação vaga da estadia de Matheus de Andrade no estrangeiro, da frequência de cursos universitários que não especifica, dizendo apenas que não conduziram à obtenção de qualquer grau ou diploma. Informa ainda ter lido «correspondência trocada entre Mateus de Andrade e o filósofo e matemático inglês Bertrand Russell, bem como entre ele e matemáticos e filósofos de várias outras origens», acrescentando desconhecer o paradeiro de toda essa documentação que, segundo pensa, o próprio autor teria feito desaparecer. Diz ainda que pertenceu à Sociedade Filosófica da Inglaterra, de que foi um dos seus vice-presidentes, até à morte (Aníbal Cymbron Barbosa, «Mateus de Andrade Albuquerque de Bettencourt», *Insulana: Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada*, 33 e 34 (1977 e 1978), pp. 5-14).

publica em Ponta Delgada⁵. A este último se deve o incentivo à iniciativa de Onésimo Teotónio Almeida de averiguar a dimensão da correspondência que se dizia ter Mateus de Andrade mantido com cientistas e filósofos do seu tempo. Inserimos, em apêndice e este texto, o registo que, em estilo diarista, Onésimo escreveu na altura desta sua “pesquisa”, pois julgamos que de algum modo contribui para moderar as elevadas expectativas que envolviam a epistolografia de Mateus de Andrade. Da sua obra, pelo contrário, conhecemos as publicações que nos deixou, quase todas em revistas científicas de Coimbra e do Porto⁶. Trata-se de um conjunto de trabalhos, não muito numerosos nem extensos, mas muito concisos e densos, que poderemos agrupar em três categorias, a saber: 2 de filosofia das ciências, que publicou na revista *O Instituto*, em 1933, com o título «O que é Epistemologia?» e «Infinito e transfinito (análise e crítica)»; 4 trabalhos que publicou, 3 na *Revista de Química Pura e Aplicada*, do Porto, entre 1916 e 1920, e 1, edição sua, de 1919, todos pertencentes ao domínio das ciências físico-químicas e apoiados em práticas laboratoriais que teria realizado; 2 pequenos ensaios de filosofia da religião, um publicado no *Instituto*, em 1933; com o título «Milagres, a sua possibilidade de existência e o seu significado», que com os 2 ensaios do primeiro grupo se encontram reunidos num opúsculo com o título *Esboços de Filosofia*, publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1933, e outro, escrito em francês, publicado em 1918, edição do autor, com o título *Les bases*

nouvelles de la croyance. Procuram ambos a conciliação entre ciência e religião, apontando para a necessidade de completar o conhecimento científico pela metafísica.

2. Iremos incidir a atenção nos trabalhos pertencentes ao primeiro grupo, que apresentam, muito em consonância com o espírito da época, em que o neopositivismo havia instaurado uma nova atitude e exigência de encarar a filosofia das ciências, uma conceção de epistemologia fora da influência do kantismo e muito dependente da valorização que é concedida à disciplina da Lógica. O autor não apresenta uma exposição sistemática e desenvolvida do tema, o que nos teria permitido uma visão mais clara e completa do seu pensamento, mas, como expressamente diz, tem apenas o propósito de apresentar «um esboço ou projeto»⁷ da sua conceção de epistemologia, em que, pela referência que faz, logo no início, a um artigo da revista norte-americana de filosofia *The Monist*, intitulado «O estatuto atual da Lógica e da Epistemologia na Alemanha»⁸, deixa transparecer a intenção de alinhá-la com as novas tendências que a disciplina apresentava no pensamento europeu neste domínio, muito marcado por uma estreita ligação aos contributos da Lógica. Esta disciplina, aliás, é considerada em íntima ligação ao conhecimento científico, cuja fundamentação caberá à Epistemologia debater. Para o articulista referenciado, o carácter científico das várias ciências, pelo menos naquilo que nos leva a reconhecê-las como tais, não se situa nas suas singularidades ou na justificação empírica ou argumentativa que poderá apresentar. Pelo contrário, encontra-se, antes, na estrutura idêntica que todas possuem, a qual confere coerência orgânica aos seus procedimentos racionais. Este reconhecimento da cientificidade do conhecimento é avalizado pela Lógica, a quem compete o estudo das condições que viabilizam a operatividade dos procedimentos científicos e, até mesmo, proporcionar uma linguagem unificada da sua expressão, conforme

⁵ João Carlos Tavares, evocando a memória da juventude de quando frequentava a casa do sr. Mateus, onde seu pai trabalhava, fala das suas rotinas e obsessões e a tarefa que o pai desempenhava quase diariamente de levar para o correio cartas que o pai assegurava serem para «os professores, doutores, e lentes da universidade da Inglaterra, França, Alemanha e outros países» (Cf. João Carlos Tavares, «Viveu no Livramento: Matheus de Andrade, um sábio anacoreta», em *Atlântico Expresso*, Ponta Delgada, XII (1999), 169, 9 de Agosto, pp. 16-17, publicado também, na mesma altura, no jornal de *Rhode Island*).

⁶ Sobre estes trabalhos incidiram os estudos efetuados nos verbetes, com a bibliografia disponível, da autoria de Manuel Cândido Pimentel, «Albuquerque, Mateus de Andrade», em *Enciclopédia Açoriana*, publicação *on line* em <http://www.culturaacores.azores.gov>; Jorge Rivera, «Bettencourt, Matheus d'Andrade de Albuquerque de», em Maria de Lourdes Sirgado Ganho (coord.), *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016, pp. 67-70.

⁷ Mateus de Andrade Albuquerque, «O que é Epistemologia?», em *Instituto. Revista Científica e Literária*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 4.ª série, 14 (1), 1933, p. 94.

⁸ Cf. Paul F. Linke, «The present status of logic and epistemology in Germany», 36 (1926), pp. 222-255.

veio a preconizar o programa neopositivista do Círculo de Viena. Porém, esta análise de índole meramente formal, ao deixar fora de qualquer consideração os resultados que esses procedimentos dão origem, passa à margem da avaliação do valor de verdade das suas construções. Esta constitui a questão em que Mateus de Andrade reconhece a intervenção do campo da Epistemologia, que se preocupa em situar a inteligibilidade racional que os domínios das ciências alcançam, por meio de procedimentos operativos, perante o seu valor de verdade. Por outras palavras, se esperamos que a Lógica assegure a coerência operativa das ciências e o rigor da sua expressão discursiva, reclamamos da Epistemologia a análise da questão da correspondência da inteligibilidade que resulta dessa operatividade racional à realidade a que ela se refere. Espera-se assim que a Epistemologia proporcione uma fundamentação dos procedimentos operativos, o que a torna deste modo uma disciplina de teor mais abrangente do que a Lógica. Para o autor açoriano, a epistemologia debate-se com a espinhosa dificuldade de assegurar a certificação dos procedimentos racionais do conhecimento científico para exprimirem adequadamente, isto é, com verdade, a realidade ou o domínio que eles visam descrever ou explicar. Na sua expressão, há que esclarecer, relativamente a qualquer construção ou explicação científica, «qual o campo em que o objeto a que deve ser racionalmente aplicada e o que é verdade e como formamos e selecionamos uma verdade pretendendo ser a Verdade»⁹.

Julgamos descortinar, na decomposição a que o autor submete o objeto de análise da Epistemologia, a preocupação de lhe conferir um enraizamento ontológico. Com efeito, ao conceber como vetores basilares da epistemologia o propósito descritivo e a elaboração da sinopse normativa de todo o conhecimento, Mateus de Andrade perfila no ponto de partida da sua análise do conhecimento os dois elementos que identificam a sua estrutura e que polarizam a tensão que marca a dinâmica de todo o conhecimento, a saber: a relação que existe entre um sujeito que conhece e um objeto que se deixa

conhecer. Estes dois polos aparecem contemplados no texto pela notação das alíneas *a)* e *b)*, que equacionam a sua averiguação do significado da epistemologia, ou seja, se ela se compreende pelo que diz da realidade ou se pelo normativo que permite a sua expressão, ou ainda se pelas duas componentes, como parece ser a sua conceção. É que, continua o autor, numa cadência que deixa subentendidas algumas etapas da sua argumentação: para que haja descrição terá de haver, por um lado, *a)* um objeto da descrição e, por outro lado, *b)* um conhecimento que, de seguida, procura caracterizar como sendo *b)* a apropriação de uma realidade absoluta existente fora do sujeito, no mundo exterior ou interior, ao mesmo tempo que concebe esta apreensão como uma *b)* «necessária, ou obrigada inteligibilidade». Reconhecemos nesta forma de expressão, um tanto enviesada do autor, a perspetiva que a análise fenomenológica enfatizou de que todo o fenómeno do conhecimento, por envolver sempre o confronto de duas esferas heterogêneas, a do sujeito que conhece e a do objeto que lhe é transcendente, constitui sempre uma elaboração do sujeito que não apresenta a realidade como é em si mesma, mas como é vista ou pensada por quem a conhece, isto é, por quem a descreve, explica ou compreende. Será em razão desta dissonância que as configurações gnosiológicas do sujeito ficarão sempre aquém do que o objeto é na realidade. Este possui sempre uma densidade ontológica que se não deixa confundir nem esgotar nas suas “representações”, que apesar de serem uma construção, regulada e certificada pela lógica, não constituem uma ficção do sujeito, como aliás parece evidente na preocupação que temos em corrigir os erros de que nos damos conta. O esforço de adequar as construções do sujeito ao que o objeto é em si não somente mostra claramente a dependência que o conhecimento conserva dos seus objetos, mas explica também o índice de objetividade que apresentam quer se trate dos objetos da matemática, da lógica, da moral e outros do mesmo teor, ou até mesmo das simples opiniões de natureza subjetiva. O conhecimento tem, assim, lugar na confluência de elementos *a posteriori*, no qual nos é presente alguma coisa do mundo real ou ideal,

⁹ Mateus de Andrade Albuquerque, «O que é Epistemologia?», p. 95.

e de elementos *a priori* que permitem ordená-los ou organizá-los de uma forma inteligível. Os elementos *a priori* permitem ultrapassar os traços que constituem a singularidade do objeto dado, conferindo-lhes, além duma articulação consistente, uma dimensão universal e essencial. Estes elementos poderão identificar-se com os procedimentos operativos que asseguram a ordenação lógica dos dados que constituem o objeto do conhecimento, ou com os elementos que lhe conferem significação e sentido universais. A filosofia kantiana concebeu-os como categorias do entendimento que asseguravam a validade objetiva do conhecimento científico. A fenomenologia husserliana, pelo contrário, concebe-os segundo o seu modo de aparição na consciência. Compete à reflexão fenomenológica descrever e clarificar o conteúdo desta presença, que permanece irreduzível à visão que as ciências da natureza ou do espírito formam dele, ou que a nossa experiência pessoal consegue exprimir. Trata-se, pois, de um processo que não se mostra cativo nem de padrões pré-estabelecidos duma razão universal, à maneira de Kant, nem da mundividência que cada época história produz, mas visa explicitar o sentido das coisas que se pode encontrar nas sucessivas atualidades da consciência. Por sua vez, o neopositivismo concebe-os como uma atribuição da lógica a quem compete estabelecer os princípios nucleares da articulação dum discurso científico consequente e inequívoco, apoiado num suporte empírico que lhe confere significado.

Qualquer destas formas de encarar a construção do conhecimento faz sobressair a ideia, em primeiro lugar, de que o conhecimento é sempre uma atividade do sujeito, que não existe sem um objeto a que se refere, em segundo lugar, de que o objeto é sempre independente das representações que dele se constroem. Um objeto não sofre alteração em função do pensamento que dele fazemos, nem tão pouco em função de termos modificado a nossa representação ou pensamento sobre ele, tal como uma pessoa se não modifica por termos alterado o nosso juízo a seu respeito. Mas o contrário também é verdadeiro, o nosso pensamento dos objetos pode não acompanhar as modificações que o podem

afetar e não ter, até mesmo, necessidade de operar qualquer alteração. A relação que existe entre o sujeito e o objeto não constitui uma relação física, mas é de natureza intencional. Os objetos pertencem a uma esfera heterogénea da esfera dos pensamentos que, no sujeito, se referem a eles. Encontram-se mais além das representações que deles construímos. São transcendententes ao sujeito, mesmo quando são estritamente iminentes à consciência, como é o caso dos objetos matemáticos ou dos valores. O objeto enquanto conhecido (*objectum*) distingue-se do objeto que existe independentemente do conhecimento que dele possamos vir a ter (*objiciendum*). O que o sujeito visa, em última análise, não é o *objectum*, enquanto presente ao sujeito, frente a ele, no interior da consciência, mas a realidade em si, que é independente da função de ser objeto do pensamento e que não se esgota na função cognitiva que a objetiva. Pelo contrário, opõe-se-lhe e resiste-lhe, afirmando assim a sua dimensão transcendente e *transobjetiva*. Este desajustamento cria uma tensão permanente no interior do conhecimento, pela fratura que o próprio processo de objetivação produz: estamos sempre perante uma inevitável e insuperável “inadequação” entre o objeto na consciência e a realidade que se encontra para além do que o pensamento consegue objetivar. A consciência desta inadequação exprime os limites do conhecimento e abre-nos para o domínio da ontologia, que suporta esta resistência que a realidade oferece a deixar-se encerrar nos limites do nosso pensamento, incida ele sobre o domínio formal, ou então sobre a natureza, a vida, o homem, os valores ou mesmo sobre Deus.

Nicolai Hartmann (1882-1950) equacionou o problema do conhecimento, nos termos que acabamos de expor de forma resumida, na sua obra *Metaphysik der Erkenntnis*, que publicou em 1921, e entre nós Delfim Santos (1907-1966), que sofreu profundamente a influência do filósofo alemão, na análise crítica do neopositivismo, que publicou em 1938 com o título *Situação Valorativa do Positivismo*, contrapõe ao programa desta influente corrente filosófica, de assegurar a expressão da realidade sem deformações através da clarificação dos conceitos

e enunciados da ciência, a ideia de que o conhecimento constitui uma tarefa sempre por cumprir, uma vez que a região da realidade «é gigantescamente mais vasta do que a região que o conhecimento tem possibilidade de objetivar, dada a não conformidade dos princípios do conhecimento e dos princípios do ser»¹⁰. Evocava na sua argumentação, para além do respaldo de Hartmann, a conceção exposta por Wittgenstein (1889-1951) no *Tractatus Logico-Philosophicus*, obra que publicou em 1922, e que exerceu grande influência no Círculo de Viena, de que a nossa relação com o mundo é indissociável da mediação da linguagem que define os contornos de tudo o que vejo e descrevo¹¹.

Não sabemos se Mateus de Andrade Albuquerque conheceu estas publicações, ou se até teve ligações com os seus autores ou com personalidades e movimentos que antecederam e prepararam o aparecimento do Círculo de Viena, mas parece-nos evidente, pela natureza dos temas de que se ocupa e pelas poucas referências bibliográficas que regista, que esta problemática lhe seria familiar e que sobre ela tinha uma visão crítica que o aproxima bastante de Hartmann e até de Delfim Santos, embora a obra deste último tenha aparecido posteriormente ao texto em análise. O autor descreve as respostas tradicionais dadas pelas diferentes formas de realismo e idealismo e parece encaminhar-se para uma conceção de epistemologia próxima da que inspirou o Círculo de Viena, em que a lógica desempenha o papel nuclear de clarificação do conhecimento científico: «ciência abstrata das ciências em tanto que expressão da Unidade espiritual, superior e anterior a estas e delas explicação crítica e norma»¹². Todavia, ao contrário dos neopositivistas, mas mais próximo de Wittgenstein, parece pretender abrir a epistemologia ao domínio dum reflexão de teor metafísico.

3. A abordagem do tema que dá título ao artigo «O que é Epistemologia?» tem o propósito

¹⁰ Delfim Santos, «Situação Valorativa do Positivismo», em *Obras Completas de Delfim Santos*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, v. I, p. 180.

¹¹ Cf. José Luís Brandão da Luz, «Delfim Santos e a verdade como desafio e limite do conhecimento», em *Delfim Santos Studies*, Lisboa, 2013, 1 (1), pp. 121-135.

¹² Mateus de Andrade Albuquerque, «O que é Epistemologia?», p. 98.

de compreender o significado desta disciplina filosófica a partir da dimensão intencional do conhecimento, quer o das ciências da natureza e humanas, quer o das matemáticas e da lógica. A posição do autor começa a ganhar forma na crítica que faz à dificuldade do idealismo assegurar «uma suficiente descrição de qualquer objeto científico» (*Ibidem*, p. 94), por não tomar em linha de conta as qualidades que definem a singularidade dos objetos da experiência sensível. Estabelece-se um hiato entre o domínio do pensamento, que ministra os quadros de inteligibilidade da experiência, e a realidade, que responde à leitura que esses quadros proporcionam. Fica por esclarecer como e por que razão os dados da experiência sensível são compreendidos como integrados nas nossas categorias intelectuais. Mas o ponto de vista do realismo é também objeto de crítica por não explorar as qualidades dos objetos que a perceção sensível apreende no início do laborioso processo da sua inteligibilidade. O realismo deixa sem resposta a questão principal da epistemologia que consiste em explicar como é que a inteligibilidade que o pensamento organiza é confirmada pela experiência. É que o domínio do pensamento diz respeito ao sistema de relações que podem constituir o ser ideal que, por ser apenas logicamente possível, não tem, portanto, estatuto existencial. Será perante este enquadramento formal, heterogéneo ao mundo da experiência, mas que torna possível o seu conhecimento, que se procura compreender como se opera a ligação entre a esfera ideal do pensamento e a realidade concreta, alvo do conhecimento. Se as formas de articulação do mundo da experiência são de ordem lógica, reportando-se, por isso, a uma realidade ideal, meramente possível, pergunta-se como é realizável a ligação entre a perceção das qualidades dos objetos sensíveis e as categorias ideais da razão? O conhecimento do ser real não poderá ficar apenas dependente das estruturas formais do pensamento, designadamente as que permitem a sua quantificação ou a sua categorização genérica. Para além dessa idealidade operativa, haverá que tomar em linha de conta as qualidades sensíveis dos objetos, que definem sua singularidade. Apesar da heterogeneidade que existe entre estes

dois domínios, haverá que esclarecer as condições que permitem a sua ligação.

Certamente que os elementos que formam os nossos pensamentos, imagens, conceitos e juízos, partem do confronto com o mundo da nossa experiência, mas o mecanismo que assegura a sua articulação ou constituição segue princípios ou critérios de ordem ideal que exprimem a realidade da forma mais universal possível, não na sua singularidade, mas na sua essência transcendental ou incondicional. Este domínio ideal constitui o quadro da racionalidade do objeto em geral, sendo competência da lógica o estudo das regras da sua articulação. Mas a lógica não toma em linha de conta as referências exteriores do pensamento, ou seja, não atende às confrontações que o sujeito experimenta, na sequência das relações que mantém com a realidade com que se confronta. A epistemologia centra-se no estudo desta correlação, procurando compreender o acordo do pensamento com o seu objeto. Vai assim para além das exigências da lógica ao procurar compreender como as categorias do pensamento exprimem com verdade o que os objetos da experiência na realidade são, apesar da heterogeneidade das esferas a que pertencem. O mundo ideal em que a lógica se situa, apesar de ser fundamental para explicar o carácter necessário das articulações do conhecimento racional, não consegue explicar o enraizamento da operatividade que torna racionalmente inteligível as qualidades dos objetos apreendidas na «experiência perceptual».

Mateus de Andrade fala da existência de «um fundo abismo entre as ciências abstratas e as físico-naturais» (*Ibidem*, p. 96), considerando que estes dois campos do conhecimento científico têm problemas específicos que derivam da diferença de objetos e de métodos para fazer face, num caso, ao carácter abstrato ou meramente formal dos seus procedimentos, no outro caso, às exigências de objetivação que envolvem uma inevitável relação com algo de exterior ao pensamento, que se refere à esfera do mundo sensível e que é, por isso, precisa o autor, um «conhecimento concreto». Mateus de Andrade critica o formalismo da ciência moderna por ter perdido o contacto com o mundo da experiência

concreta que «põe de lado toda a consideração de qualidade ou pelo menos pretende assim fazer» (*Ibidem*). A ciência moderna é responsável por uma simplificação da realidade, ao abstrair-se das qualidades sensíveis dos objetos e considerar apenas neles o que é suscetível de ser integrado nos quadros do pensamento que asseguram a sua inteligibilidade. Esta é uma tendência que marcou o pensamento moderno desde Descartes e que fez depender o conhecimento não da informação sensorial mas da operatividade que a razão matemática e lógica assegura. Esta formalização das ciências naturais, que trouxe a ocultação do mundo da vida, como Husserl denunciou, afeta a ciência moderna desde Galileu, ao deixar por explicar, insiste Mateus de Andrade, como o aparato teórico que a razão dispõe exprime com verdade a realidade sensível a que se refere. Na expressão do autor, caberá perguntar «como é que há concordância numa verdade única e como é que as qualidades respondem ou poderão responder ao nosso sistema de Inteligíveis?» (*Ibidem*).

Certamente que Mateus de Andrade de Albuquerque não nega nem desconhece o sucesso das ciências da natureza e até a eficácia que elas conseguem alcançar nas suas múltiplas aplicações. Mas este sucesso que é assegurado pelo domínio operativo do pensamento, ao «desprezar como secundários e subjetivos os dados sensíveis (sensações, qualidades, sentimentos) e atender só ao aspeto quantitativo» (*Ibidem*), faz esquecer a exigência que competirá à epistemologia esclarecer, que é explicar a sua adequação à realidade, ou seja, «fornecer uma explicação de como é que a ciência comum nos seus resultados pode ser (sempre?) verdadeiramente (?) verificada pelo mundo sensível» (*Ibidem*), facultando assim uma razão que dê sentido ao desprezo a que vota o domínio das qualidades sensíveis dos objetos. Mateus de Andrade não se conforma com este método das ciências físico-naturais que conduz ao desprezo do mundo sensível em proveito do «uso exclusivo do lado quantitativamente abordável dos fenómenos» (*Ibidem*, pp. 96-97), o que leva a considerar na realidade «apenas o fundo comum perfeitamente incarácterístico dos acontecimentos» (*Ibidem*,

p. 97). A realidade não poderá ser compreendida apenas do ponto de vista quantitativo ou formal e «mesmo o pseudo caráter secundário do sensível exige ser (...) profundamente compreendido e explicado» (*Ibidem*). Embora reconheça que este constitua um problema central da reflexão epistemológica, o autor considera que ele tem passado sempre longe das suas preocupações. A razão para tão grande desinteresse será, conjectura o autor, a aparente insolubilidade do problema, muito por causa da orientação doutrinária que não propicia a sua abordagem. Porém, Mateus de Andrade parece perfilar-se contra este esquecimento ou desinteresse, declarando-se empenhado em trazer alguma luz para desvanecer esta «enigmática questão». A sua posição traduz-se, segundo nos parece, em recusar uma conceção de epistemologia que se confine ao campo da lógica ou que seja «simplesmente uma descrição dos construtores ideológicos da Mente pura» (*Ibidem*). Pelo contrário, conclui o autor: «Se uma verdadeira ciência das ciências descritiva e também explicativa pode ser completamente atingida, devo, eu penso, abraçar o todo dos fatos qualitativos e históricos no seu caráter único junto com o aspeto quantitativo e seus dados» (*Ibidem*).

Embora confesse a dificuldade que experimenta em explicar a harmonia da mente e a realidade no conhecimento científico, tomando em linha de conta os aspetos necessários e contingentes que entram na sua constituição, não deixa de esboçar o seu «próprio ponto de vista», no qual confere à epistemologia um lugar central para nos colocar no caminho de resposta ao problema. A lógica será certamente uma disciplina nuclear para a clarificação do funcionamento do pensamento, mas será na epistemologia que a ponte de ligação entre o pensamento e a realidade se poderá construir como «expressão da Unidade espiritual, superior e anterior» (*Ibidem*, p. 98) a todas as ciências. Sobressai aqui uma conceção que, por um lado, coloca o autor na linha das preocupações do neopositivismo de ligar o conhecimento à experiência sensível e de conferir à lógica a função de proceder à sua clarificação, por outro lado, afasta-se da sua visão reducionista que limita a explicação do

conhecimento aos domínios da lógica e da experiência, ao abrir a solução do problema a uma dimensão metafísica. A epistemologia, enquanto expressão de Unidade espiritual» das ciências acaba por remeter para «um reino transcendente onde uma explicação toda compreensiva poderá vir a encontrar-se na fusão íntima de sensação, sentimento e ideia pela Unidade-Ação harmónica do Espírito» (*Ibidem*). Mateus de Andrade parece assim reconhecer que a forma de encarar o problema do conhecimento científico não poderá ser abordada utilizando os instrumentos que asseguram a sua constituição e que tornam possível a explicação racional do mundo. Muito pelo contrário, a sua clarificação será de teor compreensivo, mais do que explicativo, devendo talvez fazer apelo, mais do que à ordem lógica das razões, ao significado ou ao sentido para que elas nos remetem. É assim que no seu artigo «Milagres, a sua possibilidade de existência e seu significado», ao discutir a visão restritiva que limita a noção de experiência à possibilidade da repetição dos acontecimentos e ao distanciamento do observador relativamente a eles, se pronuncia a favor da experiência religiosa que considera relevante na formação e intensidade da crença, considerando-a «uma verdadeira e inegável experiência», pois neste caso, diz o autor, «a mente transcende-se a si mesma»¹³.

No final da sua exposição, a preocupação do autor de delimitar os contornos da epistemologia, cingindo-a à elucidação do problema da relação do pensamento e a experiência, orienta-o para uma solução metafísica à maneira de Hegel, de conciliar os termos opostos da relação na unidade absoluta do Espírito. Parece abrir-se assim a uma ideia de ciência, algo distanciada da conceção predominante que prevalece nos dias de hoje, que não poderá limitar-se a ser uma «mera arte útil para propósitos de previsão, 'controle' e descoberta»¹⁴, mas deverá assumir-se também como conhecimento das razões últimas do conhecimento do mundo. Será a este nível, que

¹³ Mateus de Andrade Albuquerque, «Milagres, a sua possibilidade de existência e seu significado», em *Instituto. Revista Científica e Literária*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 4.ª série, 14 (1), 1933, p. 274.

¹⁴ Mateus de Andrade Albuquerque, «O que é Epistemologia?», p. 98.

obriga a ultrapassar o campo em que a ciência se situa, que procura encontrar resposta para o obscuro problema da epistemologia, que se resume a saber «o que é a verdade e como formamos e selecionamos uma verdade pretendendo ser a Verdade» (*Ibidem*, p. 95).

Não creio que Mateus de Andrade de Albuquerque pretenda desvalorizar o rumo que a ciência tomou, em grande parte associada ao crescente poder das tecnologias e ao potencial de aplicação na economia que daí resulta, mas quero crer que tomou consciência do que se perde neste rumo que a ciência tomava. Tanto quanto podemos acompanhar a expressão um tanto enviesada do autor, que, parecendo tomar-se a si próprio como destinatário principal do seu projeto, dá como subentendidas algumas etapas da sua argumentação, deixando no desamparo os que procuram seguir a ordem de razões que o guia, as suas preocupações encaminham-no na direção duma solução de teor metafísico em que o problema da verdade se coloca em termos absolutos, sempre a montante dos resultados que o conhecimento científico possa alcançar. Uma maior proximidade aos autores que debateram estas problemáticas, alguns dos quais tivemos ocasião de ir referindo, talvez o tivesse conduzido a uma maior clareza e amplitude do seu pensamento, muito preocupado em demarcar-se tanto do materialismo como do relativismo. Para Mateus de Andrade, o índice inegável de conhecimento e de civilização que se encontra associado ao desenvolvimento das ciências não poderá fazer esquecer a pergunta pela inteligibilidade última do conhecimento. E esta é uma questão que parece remeter o autor para além do domínio da epistemologia, numa reflexão que seria assumidamente metafísica.

APÊNDICE

O registo que inserimos abaixo, por gentileza do seu autor, Onésimo Teotónio Almeida, dá conta das diligências que empreendeu, junto dos Arquivos de Bertrand Russell, para averiguar da existência de correspondência entre Mateus de Andrade e o filósofo inglês. O resultado, todavia, parece deixar pouca margem para que tal tivesse ocorrido com algum significado. Não

obstante, julgamos pertinente a sua divulgação, até para que, ulteriores pesquisas que possam vir a ser efetuadas não voltem a reincidir nas mesmas pistas. Do conjunto das 3 notas que fazem parte do texto original, incluímos apenas a nota n.º 1, uma vez que as outras 2 se referem a outros assuntos.

TRÊS NOTAS BÁRBARAS (DE UM QUASE DIÁRIO)

Onésimo Teotónio Almeida

1. De Ponta Delgada para Bertrand Russell

14 de Janeiro

Ontem fui tomar um copo com o João Carlos Tavares. Tomei-o eu. Ele, virtuoso como habitualmente, fica-se por uma comedida garrafinha de água sem gás.

Traz sempre para a mesa novidades do universo que comigo partilha, sobretudo acerca da comunidade portuguesa da Nova Inglaterra e dos Açores, mormente S. Miguel. Conheceu e conhece inúmera gente, interessa-se por livros, sobretudo de história, e está sempre bem informado. De vez em quando, tem a delicadeza de me trazer um mimo. Desta vez, foi um exemplar de *Dighton Rock*, de Edmund Delabarre (1928). Delabarre (já escrevi noutra lugar) foi aluno de Psicologia de William James, em Harvard, e veio depois lecionar para a Brown. Brillante investigador, falava-se nele para ocupar o lugar do seu mestre quando este se aposentasse. Desistiram disso porque, entretanto, Delabarre se enfrontou em pesquisa histórica sobre a Pedra de Dighton e deixou praticamente a investigação em Psicologia.

Bom, não vou repetir-me mais.

Durante décadas tenho usado o exemplar da biblioteca da Brown, mas agora possuo o meu, graças ao gesto do amigo João Carlos.

Da última vez que nos tínhamos encontrado, trouxera-me ele um exemplar da revista *Insulana*, de 1978, por causa de um artigo de Aníbal Cymbron Barbosa, que foi diretor da Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada. É sobre uma curiosa figura micalense, um tal Mathews de Andrade Albuquerque de Bettencourt que foi patrão do pai do João Carlos. Quando

adolescente, já na altura intelectualmente curioso, o meu amigo escutava-o atenta e admirativamente sobre as suas ideias filosóficas que o João não entendia mas nem por isso apreciava menos. Matheus d'Andrade Albuquerque era supostamente uma figura excêntrica, autodidacta, algo misantropo e *sui generis*.

O João Carlos aludiu a uma suposta correspondência desse antigo patrão do pai com o grande filósofo inglês Bertrand Russell (naquela altura uma figura pública internacional) e mostrou-me uma passagem do dito artigo onde Aníbal Cymbron Barbosa escrevia:

Ainda cheguei a ler, há alguns anos, correspondência trocada entre Mateus de Andrade e o filósofo e matemático inglês Bertrand Russell, bem como entre ele e matemáticos e filósofos de várias outras origens, mas toda essa documentação encontra-se, segundo julgo, desaparecida, talvez mesmo em cumprimento de instruções suas. (Insulana, vols. 33-34, 1978, p. 7).

O artigo inclui reproduções de frontispícios de separatas de Andrade Albuquerque como, por exemplo, *Esboços de Filosofia*, publicada pela Universidade de Coimbra em 1933, e outras da *Revista de Química pura e aplicada*, do Porto, 1916 e 1917.

Fiquei com vontade de indagar se haveria no espólio de Russell alguma carta sua, mas meteram-se de permeio umas curtas férias. Ontem, reavivado o assunto no nosso encontro, cheguei a casa e fiz uma busca na Internet. Localizei os arquivos de Bertrand Russell na McMaster University, em Hamilton, Ontário, Canadá, onde descobri sinais da existência de uma carta de Matheus de Andrade Albuquerque. Segui as instruções e escrevi a perguntar se seria possível obter cópia.

Em menos de 24 horas chegou-me a resposta. Que sim, teria apenas de preencher um formulário e ser-me-ia enviada uma reprodução em PDF, serviço gratuito. Mais ainda, acrescentava o assistente do Bibliotecário que estava a verificar se Russell teria ditado uma resposta a essa carta datada de 1 de Junho de 1952. Que, se existir, terá todo o gosto em me enviar. Quer dizer: Russell ditava as cartas para alguém que as dactilografava.

Com serviços eficientes e simpáticos assim, quem não gosta de fazer investigação?

*

15 de Janeiro
(Continuação da estória)

Preenchi esse formulário ontem ao fim da tarde e há momentos, a meia-manhã, chegou-me do Canadá um PDF com a carta de Andrade Albuquerque a Russell. O inglês é deficiente e o conteúdo é fraco. Traduzo o mais à letra possível.

Ponta Delgada, S. Miguel, (Ilhas dos) Açores

1 de Junho de 1952

Ao Prof. Bertrand Russell

Caro Senhor

Com os meus respeitosos cumprimentos, dirijo-me a si com esta carta pelo seguinte.

Creio que devo pedir desculpa, não se tratasse de um grande nome no campo da Lógica e mais lamentavelmente da Filosofia. A minha interrogação não teria nenhum eco se fosse feita no meu próprio país, e no estrangeiro não conheço outra pessoa. Por isso faça-o aqui.

A minha questão é esta: Podemos lidar logicamente (e com razão) com as afirmações, digamos, abertamente antilógicas, antirracionais? Ou com um carácter extra lógico? E qual seria o valor da conclusão de qualquer pensamento feito sobre tal objeto? Quer dizer, valor epistemológico. Tenho estado às vezes um pouco perplexo acerca dessas matérias. E não preciso de lhe mencionar a importância de assuntos colaterais a estas perguntas que faço.

Qualquer resposta da sua parte seria para mim muito bem-vinda.

Com agradecimentos, eu sou, Senhor, sinceramente seu

Matheus d'Andrade Albuquerque

Ainda não me informaram sobre alguma resposta ditada por Russell. Não imagino o que o filósofo lhe poderia dizer. As perguntas não ultrapassam o âmbito da lógica aristotélica e não é verdade que no seu país ninguém lhe pudesse responder. E nem precisava de sair dos Açores.

Aliás, nem lhe seria sequer necessário recorrer aos drs. Simão Bettencourt e Moreira Candelária, respeitadores professores de Filosofia tomista no Seminário de Angra. Mas nem por isso é menos curioso esse gesto afoito de se dirigir ao famoso Bertrand Russell.

Para completar esta estória falta-me agora obter o tal ensaio *Esboços de Filosofia*, publicado na Universidade de Coimbra. Nessa altura, eram lá professores gente do calibre de Sílvio Lima e Joaquim de Carvalho, e esse ensaio certamente não sairia sem o seu aval. Mas não deixa de ser um título estranho. De qualquer modo, fica no ar a hipótese de ser devido ao fraco inglês as questões postas a Russell parecerem assim ingénuas.

Entretanto, uma nota adicional. Ontem mesmo identifiquei a existência do ensaio de Andrade Albuquerque na Biblioteca da Universidade de Coimbra e enviei um e-mail a solicitar cópia. Não espero a mesma eficiência, mas o facto de

eu poder, a partir de Providence, consultar o acervo daquela biblioteca é já um grande avanço impensável até há poucos anos.

*

16 de Janeiro

(ainda Matheus d'Andrade Albuquerque)

Falei cedo de mais. Acabo de receber da Biblioteca de Letras da Universidade de Coimbra um PDF da separata *Esboços de Filosofia*, do meu patrício Matheus d'Andrade Albuquerque. Não foi em 24 horas, mas não chegou a 48. Durou apenas um dia e meio. Ora isso é completa novidade para mim. Espanta-me e anima-me. É possível as coisas mudarem mesmo. Pelo menos algumas coisas.

O ensaio tem 24 páginas e é datado de Ponta Delgada, 31 de Outubro de 1931.

Vou ler com interesse e depois comentarei.

PINHARANDA GOMES, PEREGRINO DO ABSOLUTO

Elísio Gala

Devo ter sido apresentado a Pinharanda Gomes por volta do ano de 1983. O conhecimento ocorreu por meio de um amigo comum, o Francisco Moraes Sarmiento. Vivía os meus primeiros tempos de estudante universitário e em simultâneo tinha o privilégio de frequentar as tertúlias animadas por Orlando Vitorino, quase sempre à tarde num café no Parque Mayer. À noite, e pela batuta de António Quadros, muitas foram as sessões de que tive a felicidade de participar, no Palácio Quintela, numa das mais belas ruas que conheço, a Rua do Alecrim. Sessões sobre os mais variados temas, autores e obras da chamada Filosofia Portuguesa. Sessões com quantos nos abriam olhos e ouvidos e nos semeavam espanto e amor por Portugal e pelo que mais importa: Agostinho da Silva, António Telmo, Pinharanda Gomes, António

Quadros, Afonso Botelho, Dalila Pereira da Costa, Orlando Vitorino, Henrique Barrilaro Ruas. Só para nomear aqueles a quem mais devo.

As tertúlias iam sendo, pois, animadas com debate sobre quanto ia sendo publicado, sobre as leituras que íamos fazendo semanalmente, ainda que sem um carácter sistemático. Quero dizer, não havia propriamente uma obra ou tema sobre o qual nos tivéssemos de debruçar. Ainda assim, na tertúlia animada por Orlando Vitorino, intentámos uma leitura sistemática de alguns textos de José Marinho sobre Leonardo Coimbra, mas o fluir das questões em breve nos fazia enveredar por todos os caminhos e leituras possíveis, suscitadas pela natureza e máximo respeito pela vocação de cada um. Muito teria para dizer sobre quanto devo, quanto devemos a Orlando Vitorino. Esse estudo não cabe agora

Esta obra não pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer processo à excepção de excertos para divulgação. Reservados todos os direitos, de acordo com a legislação em vigor.

TÍTULO

Nova Águia – Nº 20 – 2º Semestre 2017

AUTORES

Vários Autores

DIRECTOR

Renato Epifânio

VICE-DIRECTORES

António José Borges, Haylane Rodrigues, José Almeida, Luís Lóia,
Luís de Barreiros Tavares, Luísa Janeirinho e Maria Luísa Francisco

ILUSTRAÇÕES (INTERIOR)

Délio Vargas, José Rodrigues, Avelino Leite, Emerenciano, Filomena Vasconcelos,
Francisco Laranjo, Isabel Saraiva, Mário Bismarck, Paulo Gaspar e Sousa Pereira

CAPA

Foto do Arquivo da Fundação Escultor José Rodrigues

EDITORES

Alexandre Gabriel & Sofia Vaz Ribeiro

1ª EDIÇÃO: Outubro de 2017

ISSN: 1647-2802

DEPÓSITO LEGAL: 276 328/08

IMPRESSÃO: DPS

© 2017, Nova Águia & Zéfiro



Zéfiro – Edições e Actividades Culturais, Lda.

Apartado 21 – 2711-953 Sintra – Portugal

EMAIL: zefiro@zefiro.pt

 WWW.ZEFIRO.PT

